

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

BASES EPISTEMOLÓGICAS DA ADMINISTRAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.

Elinaldo Leal Santos;¹
Reginaldo Souza Santos;²
Vitor Braga³

Resumo

Percebe-se hoje, um elevado interesse, por parte da comunidade científica brasileira, por questões vinculadas à gestão do desenvolvimento. Isso, de alguma maneira, pode ser observado nos anais dos encontros, congressos e/ou simpósios, bem como nos periódicos da área de administração. Ainda que haja tal interesse, é necessário saber: qual a percepção e/ou perspectiva que a comunidade científica da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) tem sobre o campo Administração do Desenvolvimento? Para responder esse questionamento, apresentamos o resultado de um pesquisa exploratória realizada com os participantes do XXXV EnANPAD. Na tentativa de conseguir alguma pista epistemológica e/ou metodológica, capaz de fundamentar o campo da Administração do Desenvolvimento, debruçamos no processo investigativo com a finalidade de extrair da comunidade científica brasileira suas percepções e perspectivas sobre o campo. O resultado revela que a Administração do Desenvolvimento apresenta-se como um campo de conhecimento multidimensional, multiparadigmático e interdisciplinar.

Palavras-chave: Bases Epistemológicas. Administração do Desenvolvimento. ANPAD.

¹ elinaldouesb@gmail.com.UESB.

² rsouza@ufba.br. UFBA.

³ vbrega@eu.ipp.pt

1. Introdução

A Administração do Desenvolvimento é um campo de estudo da administração, voltado para a análise da gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo da sociedade. Ela se diferencia dos Estudos Organizacionais (EOs) por dois motivos: primeiro, por não ter como objeto de estudo a organização, mas a gestão; segundo, porque, ao passo que os Estudos Organizacionais centram na investigação de organizações modernas ou mesmo pós-modernas, a Administração do Desenvolvimento, por sua vez, prioriza o estudo de sociedades, países, regiões, organizações, que, muitas vezes, encontram-se aquém da modernidade (COOKE, 2004; SANTOS, 2004; GULRAJANI, 2010). Ela possui origem na ortodoxia do pensamento administrativo, no mundo pós-guerra, precisamente, nos planos de recuperação econômica – Plano Marshall, Plano Colombo, Aliança Para o Progresso – e no desejo dos países ricos em auxiliar tecnicamente os países menos desenvolvidos, com programas de ajuda mútua. Porém, com o surgimento dos Estudos Organizacionais, o campo da administração foi aos poucos distanciando do estudo da gestão do desenvolvimento e delegando-o para outras ciências, sobretudo, para a economia do desenvolvimento. Entretanto, após passarem quatro décadas desse distanciamento epistemológico, percebe-se um esforço, por parte dos pesquisadores, na área dos Estudos Críticos em Administração (ECA) e dos Estudos Críticos em Desenvolvimento (ECD), para retomar as questões intrínsecas do desenvolvimento, precisamente, no que refere à sua gestão (COOKE, 2004; DAR e COOKE, 2008; ESCOBAR, 2008; GULRAJANI, 2010).

No Brasil, essa retomada epistemológica deu-se com a edição comemorativa dos 35 anos da *Revista de Administração Pública* (RAP) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE/FGV), quando, na ocasião, foram publicados em *Clássicos da Revista de Administração Pública* os 10 trabalhos mais citados em periódicos acadêmicos brasileiros. Na relação daqueles considerados clássicos da RAP, três abordavam, especificamente, a temática da Administração do Desenvolvimento, são eles: *Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância* de Paulo Roberto Motta; *Um novo modelo de planejamento para uma nova estratégia de desenvolvimento* de Anna Maria Campos e *A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina* de Alberto Guerreiro Ramos. A reedição desses trabalhos reabre a discussão da função da ciência administrativa nos estudos sobre desenvolvimento.

Em *Governança & Desenvolvimento*, Martins (2004) retoma o trabalho seminal de Motta (*Administração para o desenvolvimento: a disciplina em busca da relevância*) para destacar a importância de uma disciplina dentro do campo da administração, capaz de observar, descrever e explicar os fenômenos atuais do desenvolvimento. Pensando nisto, os *Cadernos EBAPE.BR*, edição de junho de 2013, lançaram um número especial dedicado à temática “Administração e Desenvolvimento”, sob a coordenação de dois importantes editores, o professor Bill Cooke, da Lancaster University e Alexandre Farias, da EBAPE/FGV. O fato é que, hoje presenciamos um elevado interesse por parte da comunidade científica brasileira, por temas pertinentes à gestão do desenvolvimento. Isso pode ser observado nos anais de encontros, congressos e simpósios da área de administração, assim como nas linhas editoriais de alguns periódicos. Porém, qual a percepção e/ou perspectiva que essa comunidade científica tem sobre o campo da Administração do Desenvolvimento? Para ajudar a responder essa questão, apresentamos o presente trabalho.

O estudo tem como objetivo compreender o que pensa, entende e espera a comunidade científica brasileira sobre o campo da Administração do Desenvolvimento. Para tanto, realizamos, junto a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ANPAD), uma pesquisa de campo executada durante o seu XXXV encontro, na cidade do Rio de Janeiro, no mês de setembro de 2011. O trabalho está estruturado, além desta introdução, em quatro seções: a primeira apresenta às bases teóricas da Administração do Desenvolvimento, dando ênfase as três principais abordagens teóricas (modernizante, estruturalista e pós-estruturalista) que dominaram o campo nessas últimas sete décadas; a segunda descreve o percurso metodológico da investigação destacando a natureza da pesquisa, o processo amostral e o perfil da população objeto de análise; a terceira seção apresenta e interpreta os dados da investigação, de modo a evidenciar o que pensa, entende e espera a comunidade científica da ANPAD sobre o campo da Administração do Desenvolvimento. Por fim, conclui que a Administração do Desenvolvimento apresenta-se como um campo de conhecimento multidimensional, multiparadigmático e interdisciplinar, uma vez que o estudo da gestão necessita de análises das diferentes dimensões da vida social - econômica, política, sociológica, técnico-científica, socioambiental etc. - dos diferentes paradigmas científicos - modernidade, estruturalismo, pós-modernidade, pós-estruturalismo - e das diferentes visões disciplinares - geográfica, econômica, sociológica, antropológica.

2. Bases Teóricas da Administração do Desenvolvimento

A Administração do Desenvolvimento tem origem no contexto histórico do pós-guerra, período marcado por uma série de mudanças geopolíticas no mundo, sobretudo, pelo declínio das antigas potências europeias e pela ascensão de dois outros protagonistas: os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética, que, passaram a disputar, entre si, a hegemonia do sistema-mundo. É nesse contexto de disputa política, econômica, militar, territorial e ideológica que surge o campo da Administração do Desenvolvimento (MOTTA, 2008).

Nef e Dwivedi (1988) ao analisarem a evolução e os fundamentos teóricos do campo afirmam que a disciplina nasceu dos estudos coordenados pela Sociedade Americana de Administração Pública, precisamente do Grupo de Administração Comparada (GAC). O propósito inicial da disciplina era de auxiliar tecnicamente os países menos desenvolvidos no processo de modernização de suas estruturas sociais. Foi inicialmente articulada por Goswami (1955) e posteriormente popularizada por Fred Riggs na obra *Administração nos Países em Desenvolvimento: A Teoria da Sociedade Prismática* (1964).

Nessas sete décadas de história, três importantes abordagens teóricas dominaram o campo das ciências sociais, no que refere à gestão do desenvolvimento. A primeira constitui na *abordagem modernizante* das décadas de cinquenta e sessenta quando compreendia a gestão do desenvolvimento como um processo decorrente dos efeitos benéficos do progresso econômico, científico e tecnológico, bem como da capacidade gerencial dos agentes administrativos em transformar uma sociedade arcaica numa sociedade moderna. Essa abordagem teórica representa a ortodoxia do pensamento econômico-administrativo e é baseada nas teorias concebidas por autores como Joseph Schumpeter, Rosentain-Rodan, Artur Lewis, W. Rostow, François Perroux, Peter Drucker, Machael Porter. Habitualmente, esses autores, recomendam uma estratégia de desenvolvimento por imitação, ou seja, seguir o caminho trilhado pelos países do Primeiro Mundo.

A segunda ocorreu por volta da década de sessenta e setenta e diz respeito à *abordagem*

estruturalista. Essa abordagem entende a gestão do desenvolvimento como um processo histórico-estrutural entre países centrais e países periféricos. Em função disso, argumenta que as raízes do subdesenvolvimento estão na conexão entre dependência externa e exploração interna e não sobre a suposta falta de capital, tecnologia ou valores modernos. Fundamenta-se nas contribuições teóricas de Raúl Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Fred Riggs, Albert Hirschman, Sérgio Boisier, entre outros.

Nas décadas de oitenta e noventa, um número crescente de críticos culturais, em muitas partes do mundo questionou o conceito de desenvolvimento, até então, utilizado pelas ciências sociais, de modo que fez emergir o pensamento *pós-estruturalista* na gestão. Essa abordagem entende a gestão do desenvolvimento como instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo para os países do Terceiro Mundo. É visto como um regime de representação, uma “invenção” que resulta da história do pós-guerra e que, desde seu início, modelou inelutavelmente toda concepção da realidade e ação social dos países que, a partir de então, são conhecidos como subdesenvolvidos. Em função disso, os pós-estruturalistas consideram o desenvolvimento como um fenômeno de poder historicamente criado, construído sob circunstâncias bem definidas e comandadas por autores bem determinados como: BM, FMI, ONU, OMC, agências de fomento, universidades, entre outros. Os estudos apresentados por Gilbert Rist, Wolfgang Sachs, Serge Latouche, Gustavo Esteva, Boaventura de Sousa Santos, Guerreiro Ramos, Omar Aktouf, Reginaldo Souza Santos, Arturo Escobar e outros, ilustraram essa abordagem.

A Administração do Desenvolvimento que ressurge, aponta para outro modelo de gestão, o da governança. Nele, o poder não é exercido apenas por um agente, mas por um coletivo que pode atuar em grau maior ou menor de assimetria e tem uma carga potencial de conflitos de interesses entre atores (Sociedade, Estado e Mercado) envolvidos e entre escala de poder (global, regional, local). Tal modelo fundamenta-se nos substratos antropológico e ecológico, ou seja, homem/natureza e considera a gestão e o desenvolvimento como fenômenos da, para e com a sociedade, diferentemente, da Administração do Desenvolvimento do pós-guerra, cuja gestão é fundamentada na racionalidade instrumental (diagnóstico-prescrição-solução), no poder do tipo *top-down* (de cima para baixo) e na visão eurocêntrica e economicista de entender o mundo (MARTINS, 2004; RAMOS, 2009; JUSTEN e NETO, 2013). Contudo, é importante destacar que, a produção científica da Administração do Desenvolvimento nunca deixou de existir, pois, por muito tempo, foi conduzida por outros campos de conhecimento, precisamente pela economia do desenvolvimento, pela sociologia do desenvolvimento e mais recentemente pela antropologia do desenvolvimento, quando esses dedicam atenção as questões pertinentes à gestão do desenvolvimento.

3. Aspectos Metodológicos do Estudo

Com a finalidade de compreender o que pensa, entende e espera a comunidade científica brasileira, em relação ao campo da Administração do Desenvolvimento, realizamos, junto a comunidade científica da ANPAD, uma pesquisa de campo efetuada durante o XXXV EnANPAD, na cidade do Rio de Janeiro, no mês de setembro de 2011. Nessa edição, o evento contou com 1.141 (mil cento e quarenta e uma) inscrições de participantes, com a submissão de 3.159 (três mil cento e cinquenta e nove) trabalhos, sendo que, entre esses, foram selecionados 861 (oitocentos e sessenta e um) para apresentação nas 11 (onze) divisões acadêmicas.

No propósito de conceder aos participantes do evento a chance de serem incluídos na amostra, aplicamos a técnica de amostragem probabilística. Para tanto, foi utilizada a fórmula de cálculo de amostragem de população finita, expressa em:

$$n = \frac{s^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + s^2 p \cdot q}$$

Onde:

n= tamanho da amostra;

s²= nível de confiança escolhida, expresso em número de desvios-padrão, neste caso de 1,96;

p= percentagem com a qual se verifica o fenômeno, neste caso de 7%;

q= percentagem complementar (100 - p);

N = Número da população finita, neste caso de 1.141;

e= erro máximo permitido, neste caso de 5%.

Após obtenção do número mínimo necessário para validar a amostra, neste caso, 81 (oitenta e um) participantes, distribuimos, aleatoriamente, no início das sessões de apresentação dos trabalhos, das 11 (onze) divisões acadêmicas da ANPAD, 300 (trezentos) questionários constituídos de 12 (doze) questões de natureza aberta, semiaberta e fechada e solicitamos que após o preenchimento deveriam ser devolvidos à recepção geral do evento. Do total de 300 (trezentos) questionários distribuídos, 110 (cento e dez) foram devolvidos à recepção geral do evento, entretanto, apenas, 85 (oitenta e cinco) estavam preenchidos de forma adequada, porém, 81 (oitenta e um) foram validados. Desta maneira, atingimos o número mínimo necessário para extrair as estatísticas descritivas e desenvolver as interpretações dos resultados. Portanto, refere-se a um estudo exploratório de natureza empírica, uma vez que teve por finalidade descobrir ideias, percepções, gerar hipóteses mais precisas sobre o que pensa, entende e espera a comunidade científica da ANPAD em relação ao campo da Administração do Desenvolvimento.

A amostra contempla representantes das cinco regiões administrativas do Brasil (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul). Porém, as maiores incidências estão na Região Nordeste, 43% (quarenta e três por cento), e na Região Sudeste, 33,8% (trinta e três vírgula oito por cento), devido o retorno de questionários preenchidos; seguido da Região Sul, 13% (treze por cento), e Centro-Oeste e Norte 3,8 (três vírgula oito por cento). Assim, imaginamos que tal distribuição representa o perfil da população, haja vista que o Nordeste é a região com maior número de Estados federativos (nove) do País, portanto, concentra um número expressivo de programa de pós-graduação e o Sudeste é o grande centro de produção científica da área, portanto, tem a maior probabilidade de trabalhos aprovados para apresentação, conseqüentemente, o maior número de participantes. A tabela 1 traça o panorama da distribuição dos entrevistados por região federativa. A tabela 1 apresenta o panorama da distribuição dos entrevistados por região federativa.

Tabela 1 - Distribuição dos Entrevistados por Região

Região	Frequência	%
Abstenção	1	1,3%
Centro-Oeste	3	3,8%
Nordeste	35	43,8%
Norte	3	3,8%
Sudeste	27	33,8%
Sul	11	13,8%
Total	80	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

No propósito de descrever o perfil da população investigada mapeamos a formação, a titulação e o tempo de atuação na área. Com isso, verificamos que trata-se de uma população amostral, predominantemente constituída de administradores, uma vez que 77,9% (setenta e sete vírgula nove por cento) dos selecionados possuem a graduação acadêmica, específica na área da administração; 81,3% (oitenta e um vírgula três por cento) são portadores de títulos acadêmicos *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado), também na área de Administração, em que praticamente o universo dos selecionados, 100% (cem por cento), atuam como docentes, investigadores e/ou consultores no campo da administração, especificamente nas áreas de administração geral (40%), administração empresarial (38%), administração pública (14%) e administração social (7%). Esses dados confirmam a hegemonia que a área da Administração Empresarial exerce dentro do campo, comparada às áreas Pública e Social, bem como a predominância do pensamento funcionalista, uma vez que parte dos atuantes na área de Administração Geral (economistas, engenheiros, psicólogos e sociólogos), de certa forma, também estão a serviço da Administração Empresarial e do pensamento funcionalista quando desenvolvem suas pesquisas e consultorias, conforme aponto os estudos de Burrell e Morgan (1979).

Deve-se destacar que por ser a Administração Empresarial uma área com mais de cem anos de conhecimento formal, portanto, com forte aparato técnico-metodológico, pode-se compreender a sua hegemonia em relação às demais, principalmente quando comparada com a Administração Social, um campo recentemente surgido, logo, ainda apresenta pouca inserção na área (FRANÇA FILHO, 2003). Verificou-se também que o tempo médio de atuação na área da população pesquisada é de 15 (quinze) anos. Isso significa dizer que, para os padrões brasileiros, um pesquisador com esse tempo de serviço encontra-se em plena produtividade científica, uma vez que o tempo máximo permitido, pela legislação para exercer a função de docente-pesquisador é de 35 (trinta e cinco) anos.

4. Percepções e Perspectivas da Administração do Desenvolvimento no Brasil

Uma vez descrito o perfil da população amostral, apresentaremos agora os resultados da investigação de como pensam, entendem e esperam os membros da comunidade científica brasileira de administração sobre o campo da Administração do Desenvolvimento. Para tanto, iniciamos a investigação perguntando a essa comunidade científica se existe ou não alguma

contribuição da ciência administrativa para as questões relacionadas ao desenvolvimento. E, se essa comunidade científica considera necessária a existência de um campo de conhecimento dentro da ciência administrativa para estudar as questões relacionadas ao desenvolvimento. Para esses questionamentos, disponibilizamos uma escala de *Likert* com uma série de cinco possíveis possibilidades de respostas psicométricas, no intuito de medir o nível de concordância da população pesquisada em relação aos fenômenos apresentados.

No geral, a comunidade científica da ANPAD entende que existe sim uma contribuição da administração, para as questões relacionadas com o desenvolvimento, uma vez que o somatório das alternativas contribui muito (27,5%) e contribui (53,8%) foi de aproximadamente de 81,3% (oitenta e um vírgula três por cento). Ela compreende também que é necessário a existência de um campo de conhecimento na ciência administrativa que possa observar, descrever e explicar os fenômenos sociais relacionados ao desenvolvimento, considerando que o percentual acumulado das alternativas totalmente necessário e necessário foi de 71,3% (setenta e um vírgula três por cento). Porém, ao indagarmos se essa comunidade científica teve acesso, durante o seu processo de formação acadêmica, a algum componente curricular cujo enfoque fosse a gestão do desenvolvimento, verificamos que trata-se de uma comunidade científica com pouca formação teórica no campo dos estudos sobre desenvolvimento, haja vista que apenas 41% (quarenta e um por cento) da população investigada teve acesso a algum componente curricular. Dos que tiveram acesso somente 80% (oitenta por cento) foram capazes de citar qual componente curricular cursou durante a sua formação acadêmica. Entre os mais citados estão: Economia do Desenvolvimento, Desenvolvimento Econômico, Economia Regional, Sociologia do Desenvolvimento e Gestão da Competitividade e Inovação.

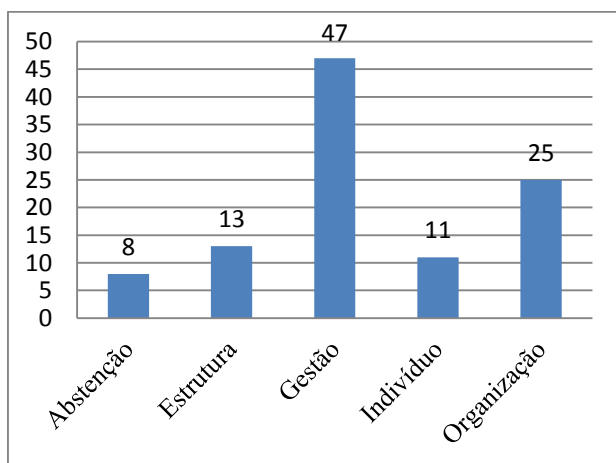
Diante disso, que interpretação pode ser dada a esses resultados? De alguma forma, os resultados dessa investigação nos revelam que estamos diante de uma comunidade científica que acredita no contributo da ciência da administração para as questões relacionadas ao desenvolvimento da humanidade, mesmo que essa ainda não seja a sua finalidade maior, considerando a pouca atenção dada a esse fenômeno social nos componentes curriculares dos cursos de graduação em Administração. Isso fica de alguma forma evidente quando se observa os planos de estudos das Instituições de Ensino Superior (IES) que compuseram a nossa unidade de análise. Neles, é possível verificar a falta de componentes curriculares que possam fazer uma reflexão sobre os fundamentos teóricos, metodológicos e praxiológicos do desenvolvimento.

Quando algum componente é disponibilizado, ele é concebido apenas na perspectiva economicista e funcionalista da gestão empresarial, como exemplo estão os componentes: Gestão da Competitividade e Inovação, Empreendedorismo, Desenvolvimento de Negócios e Desenvolvimento Organizacional. Porém, a discussão tende a ampliar nos planos de ensino dos cursos de pós-graduação, quando alguns desses disponibilizam componentes mais reflexíveis sobre a temática desenvolvimento, mesmo assim, na perspectiva do pensamento econômico. Contudo, percebe-se que existe um sentimento, por parte da comunidade científica brasileira, em querer aprofundar a discussão do desenvolvimento pela ótica do pensamento administrativo, e ainda assim fica implícito de que forma devemos aprofundar essa discussão, considerando que já existe uma tradição do campo da economia, da sociologia e da antropologia do desenvolvimento.

Na tentativa de conseguir alguma pista epistemológica, metodológica e/ou praxiológica capaz de fundamentar o campo da Administração do Desenvolvimento, avançamos no processo investigativo de modo que fosse possível extrair da comunidade científica brasileira suas expectativas em relação ao desenvolvimento desse campo. Para tanto, perguntamos, de forma

espontânea, qual seria o elemento que melhor representaria o objeto de estudo da Administração do Desenvolvimento. Como resposta a esse questionamento obtivemos um rol de possíveis objetos de estudo da Administração do Desenvolvimento, mas, utilizando-se de técnica de agrupamento de respostas, chegamos ao agrupamento de quatro possíveis objetos de estudo: gestão, organização, estrutura e indivíduos. Deve-se ressaltar que entre os respondentes alguns citaram mais de um objeto de estudo para o campo da Administração do Desenvolvimento. Em razão disso, a base de cálculo para essa questão foi o número de citação por objeto de estudo e não o número de respondente. Dessa maneira, obtivemos as seguintes sistematizações:

Figura 1- Objeto de Estudo da Administração do Desenvolvimento



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Tabela 2- Objeto de Estudo da Administração do Desenvolvimento

Objeto	Nº de Citação	%
Abstenção	8	7,7%
Estrutura	13	12,5%
Gestão	47	45,2%
Indivíduo	11	10,6%
Organização	25	24,0%
Total	104	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Como é possível observar, a comunidade científica brasileira ainda não tem uma definição clara do seu objeto de estudo, uma vez que, embora, a gestão tenha sido a mais citada com 45% (quarenta e cinco por cento), porém, outros fenômenos sociais também foram referendados como a organização com 24% (vinte e quatro por cento), a estrutura com 12,5% (doze vírgula por cento) e o indivíduo com 10,6% (dez vírgula seis por cento). Isso significa que o campo da administração necessita de um maior aprofundamento epistemológico para delimitar, com mais precisão, o seu objeto de estudo.

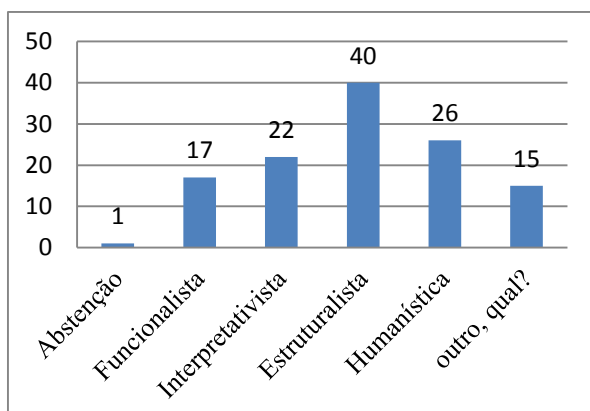
Este resultado corrobora com as teses de Cooke (2004) e Santos (2004), quando defendem que o fenômeno da gestão não pode ficar sem amparo de um campo científico para observar, descrever e explicar as contradições sociais e que, em função disso, cabe à administração tê-la como objeto científico. Essa interpretação contraria o pensamento dos estudos organizacionais que defendem a organização como objeto da administração. Além disso, ajuda a esclarecer o nosso argumento de que a Administração do Desenvolvimento é o campo da ciência administrativa que observa, analisa, explica e orienta as relações sociais de produção, distribuição e consumo, quer sejam em países, regiões, lugares ou organizações, de modo a garantir o bem-estar da sociedade. Contudo, é importante refletir sobre qual modelo de gestão se refere essa comunidade científica para compreendermos de que desenvolvimento está a falar, vez que o conceito de gestão para o pensamento crítico da administração é diferente do conceito de gestão do pensamento ortodoxo da administração. Enquanto o primeiro vislumbra um conceito de gestão transformadora e libertária, o segundo pensamento entende a gestão como um mecanismo de poder e controle.

Na busca de avançarmos nessa discussão perguntamos à comunidade científica brasileira, na perspectiva de Burrell e Morgan⁴ (1979), em qual paradigma sociológico deve ser fundamentado o campo da Administração do Desenvolvimento, se no paradigma funcionalista, interpretativista, estruturalista, humanista ou outros. Perguntamos, também, qual deveria ser o nível de formulação teórica no campo da Administração do Desenvolvimento, se no nível macro, englobando todas as dimensões da sociedade; se no nível meso, englobando apenas uma dimensão da vida social; ou se no nível micro, englobando apenas alguns elementos da vida social. Para tanto, foram dadas opções de responder mais de uma alternativa, para cada questão, caso fosse necessário. Como resposta a esses questionamentos detectamos certa pluralidade de pensamento da comunidade científica da ANPAD no que se refere às abordagens paradigmáticas da sociologia do conhecimento, uma vez que houve uma homogeneização nas repostas, porém, com certa predileção para o paradigma estruturalista. Entretanto, detectamos que o nível mais adequado para formular teorias no campo da Administração do Desenvolvimento perpassa pelo nível macro, talvez porque os problemas relacionados à gestão do desenvolvimento envolvam várias dimensões da vida social (econômica, política, social, ambiental, cultural etc.), portanto, não se restringe apenas aos problemas do mundo corporativo. Para uma melhor visualização apresentamos nas figuras 2, 3 e tabelas 3, 4 a sistematização das repostas dadas aos questionamentos dirigidos.

**Figura 2 - Paradigmas Científicos da
Administração do Desenvolvimento**

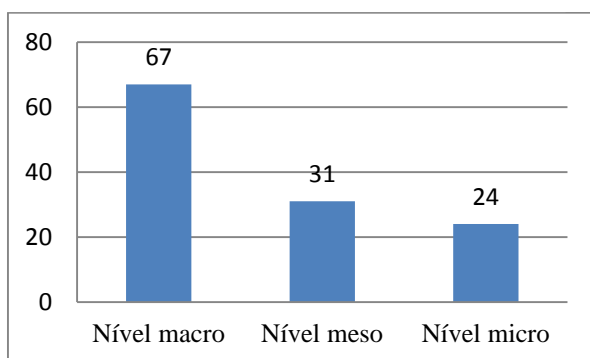
**Tabela 3- Paradigma Científico da
Administração do Desenvolvimento**

⁴ O modelo de classificação de paradigmas sociológicos elaborado por Gibson Burrell e Gareth Morgan (1979), apesar de suas limitações e críticas, pertinentes a qualquer modelagem, proporcionou uma visão de como o Campo dos Estudos Organizacionais estava configurado, até aquele momento. O modelo permite, em partes, classificar teorias em quatro amplas visões de mundo, representadas por diferentes pressuposições metateóricas – funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical. Para isso, concebe a ciência em subjetiva ou objetiva e a sociedade em sistemas de mudança radical ou regulada. O modelo é representado por um quadrante com quatro possibilidades paradigmáticas ou escolas de pensamento.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Figura 3 - Nível de Formulação Teórica no Campo da Administração do



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Paradigma	Quantidade	%
Abstenção	1	0,8%
Funcionalista	17	14,0%
Interpretativista	22	18,2%
Estruturalista	40	33,1%
Humanística	26	21,5%
Citação Espontânea	15	12,4%
Total	121	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Tabela 4 - Nível de Formulação Teórica da Administração do Desenvolvimento

Resposta	Quantidade	%
Nível macro	67	54,9%
Nível meso	31	25,4%
Nível micro	24	19,7%
Total	122	100,0%

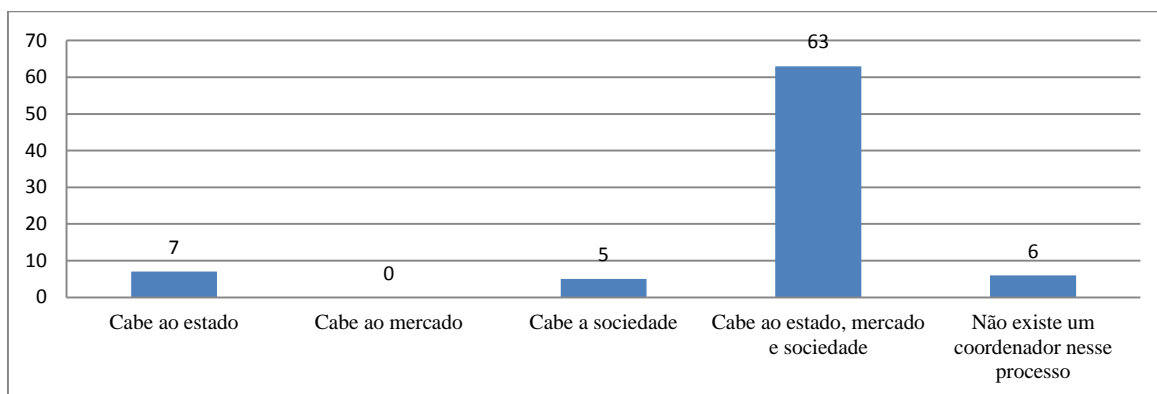
Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Os resultados acima nos revelam que, para comunidade científica brasileira, o campo da Administração do Desenvolvimento deve ser constituído por uma série de posições epistemológicas e ontológicas que transitem entre o universo da ciência moderna e pós-moderna, já que, além dessas abordagens epistemológicas (funcionalismo, interpretativismo, estruturalismo e humanismo), também foram citadas outras possibilidades paradigmáticas como: teoria crítica, fenomenologia, multiculturalismo, histórico-estrutural, pós-estruturalismo e pós-colonialismo. Isso, de alguma forma, demonstra um amadurecimento do campo da administração, uma vez que transcende o domínio dos estudos ortodoxos e extrapola os limites do modelo de Burrell e Morgan (1979). Hoje, essas novas abordagens vêm ganhando espaço nos estudos sobre desenvolvimento, principalmente entre os pensadores do pós-desenvolvimento (RIST, 2001; ESCOBAR, 2005, 2008; GULRAJANI, 2010).

Os resultados revelam também que o estudo da gestão do desenvolvimento não pode ser abordado de forma unidimensional, ou seja, apenas na perspectiva econômica de uma micro-gestão, haja vista que o fenômeno desenvolvimento traz consigo questões geopolíticas, socio-culturais, socioambientais, socioestruturais, portanto, de alta complexidade. Por isso, o estudo da gestão do desenvolvimento necessita de um campo de conhecimento que seja capaz de estabelecer relações de grandeza entre os diversos níveis - micro, meso e macro -, relações analíticas entre diversas categorias – indivíduo, coletividade, estrutura – e relações sociais entre diversos agentes – Mercado, Estado, Sociedade. Isso fica evidenciado quando perguntamos a essa comunidade científica a quem cabe a coordenação do processo do desenvolvimento: cabe ao Estado, ao Mercado, à Sociedade ou a todos esses agentes administrativos? Para a

comunidade científica da ANPAD, a gestão do desenvolvimento requer um envolvimento de todos os agentes administrativos, pois falamos de um fenômeno social que diz respeito a todos os cidadãos, de uma dada sociedade, portanto, não pode ficar apenas sob a liderança de um agente social.

Figura 4 - Coordenação da Gestão do Desenvolvimento



Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Esse entendimento, provavelmente, tem haver com os resultados das experiências de dois modelos antagônicos de desenvolvimento, até pouco tempo vigentes. Tratam-se dos modelos de desenvolvimento socialista e neoliberal. O primeiro consagrou o Estado como o único agente de desenvolvimento. O segundo fez do Mercado o senhor absoluto das relações sociais de produção e distribuição. A lição que tiramos dessas visões antagônicas é que não existe sociedade capitalista, sem que haja a participação do Estado, nem tampouco sociedade socialista sem a atuação do Mercado, uma vez que, no mundo real, nem sempre os tipos ideais funcionam como imaginam funcionar. Talvez isso explique o fato de 77,8% (setenta e sete vírgula oito por cento) dos participantes da pesquisa terem posicionado a favor de um modelo de gestão do desenvolvimento, no qual haja participação efetiva dos três agentes sociais.

Na tentativa de compor um programa de pesquisa para o campo da Administração do Desenvolvimento, solicitamos aos participantes a indicação de, no mínimo, cinco temas capazes de constituir uma agenda de investigação. Para tanto, citaram-se 278 (duzentos e setenta e oito) temas possíveis de investigação no campo da Administração do Desenvolvimento. Para efeito de sistematização, agrupamos os temas em sete linhas de pesquisa, conforme afinidade e aproximação entre eles. Assim, obtivemos a seguinte configuração da agenda de pesquisa no campo da Administração do Desenvolvimento:

Tabela 5 – Agenda de Pesquisa para a Administração do Desenvolvimento

Temas	Nº Citações	%
-------	-------------	---

Estado, Governo e Desenvolvimento	71	25,5%
Gestão, Sociedade e Desenvolvimento	58	20,9%
Indivíduos, Organizações e Desenvolvimento	49	17,6%
Território, Inovação e Desenvolvimento	48	17,3%
Empresa, Mercado e Desenvolvimento	21	7,6%
Meio Ambiente e Sustentabilidade	19	6,8%
Epistemologia e Metodologia da Administração do Desenvolvimento	12	4,3%
Total	278	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

A proposta da agenda de pesquisa para o campo da Administração do Desenvolvimento, sugerida pela comunidade científica da ANPAD, nos revela que existe um universo temático a ser explorado pela ciência da administração. Entretanto, pelos temas indicados, é necessária uma ciência que seja capaz de observar, descrever e explicar as diversas relações sociais porventura existentes entre Estado, Mercado e Sociedade, bem como entre indivíduos, organizações e sociedade, considerando que os temas transcendem a fronteira do pensamento ortodoxo da administração, que na maioria das vezes pouco explica os fenômenos sociais decorrentes do desenvolvimento. Deve-se ressaltar, também, que o pensamento ortodoxo é fundamentado na escola neoclássica da economia, na escola comportamentalista da psicologia e nas técnicas de engenharia de produção; portanto, constitui o funcionalismo do campo da administração. Porém, a agenda sugerida vai além do universo corporativo, pois incorporam temas inerentes do universo estatal e do universo social e que, na maioria das vezes, não tem respaldo teórico dentro dos estudos ortodoxos ou até mesmo nos estudos organizacionais.

No horizonte dos estudos ortodoxos e da administração empresarial, os temas mais citados foram: competitividade, organização industrial, empreendedorismo, internacionalização de empresas, regulação e controle de mercado, relações comerciais, inovação tecnológica, planejamento estratégico, entre outros. Ainda na perspectiva dos estudos ortodoxos, no horizonte da administração pública e social, os temas predominantes foram: políticas macroeconômicas, políticas públicas de desenvolvimento, governança, gestão de cidades, estrutura e funcionamento do Estado, planejamento estatal e governamental, finanças públicas, cooperações internacionais, empreendedorismo social, redes sociais, parcerias público-privadas, responsabilidade governamental. Na perspectiva dos estudos organizacionais, os temas que predominaram foram: cultura e mudança organizacional, desenvolvimento e comportamento humano, dinâmica organizacional, ambiente organizacional, estrutura organizacional, processo decisório, gestão de pessoas e relações de trabalho. Porém, deve-se ressaltar que os temas vinculados aos estudos organizacionais, pelas suas naturezas, são temas que contemplam tanto o universo da administração empresarial, assim como o universo da administração pública e social, uma vez que buscam adaptar indivíduos em organizações e estas em ambientes estabelecidos. Já os temas na perspectiva dos estudos críticos em administração, os mais citados foram: relação de poder, demanda e controle social, desigualdade social, bem estar social, mobilização, organização e transferência social, participação, democracia e inclusão social, gestão de bens comuns e relações territoriais (global, regional e local). Como se verifica, muitos temas vinculados aos estudos críticos não são explicados pelas teorias do pensamento ortodoxo da administração e nem pelos estudos organizacionais. Eles necessitam de um arcabouço teórico que escape das amarras da ciência moderna tradicional e caminhe em direção ao pensamento pós-analítico, ou seja, pós-moderno, pós-estruturalismo, pós-desenvolvimento (DAVEL e ALCADIPANI, 2003; COOKE, 2008; GULRAJANI, 2010).

A sistematização dos temas em linhas de pesquisa nos revelam que o estudo no campo da Administração do Desenvolvimento deve concentrar esforços, em primeiro lugar, nas questões pertinentes ao Estado, Governo e Desenvolvimento (25,5%), por entender que o desenvolvimento de uma dada sociedade depende de uma gestão que conceba, implemente e avalie políticas públicas (macroeconômica, sociais, urbanas, ambientais) capazes de proporcionar o bem estar dos seus cidadãos.

Em segundo lugar, deve concentrar esforços para resolver ou minimizar os problemas decorrentes das relações entre Gestão, Sociedade e Desenvolvimento (20,9%), considerando que nessa esfera encontram-se as demandas, as desigualdades, os conflitos sociais, além dos elementos condutores da ação social como: mobilização, participação, democracia, transparência e redes sociais.

Em terceiro lugar, a comunidade da ANPAD entende que o estudo da Administração do Desenvolvimento deve concentrar esforços em duas frentes de investigação: Indivíduos, Organizações e Desenvolvimento (17,6%), bem como, Território, Inovação e Desenvolvimento (17,3%), considerando que, uma vez concebido o modelo de gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo de uma dada sociedade, torna-se necessário observar, descrever e explicar o papel dos indivíduos e organizações sociais nesse modelo de gestão, bem como, a relação desses com seus territórios de identidade (global, regional e local).

A quarta linha de investigação, pauta as discussões que surgem das relações entre Empresa, Mercado e Desenvolvimento (7,6%). Nela, encontram-se as questões de ordem mais funcionalista do pensamento ortodoxo. A quinta linha de investigação, sugerida pela comunidade da ANPAD, incorpora as questões relacionadas com a Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade (6,8%). Por fim, é sugerida a linha de investigação Epistemologia e Metodologia da Administração Política (4,3%) com a finalidade de desenvolver um corpo teórico e metodológico próprio para o campo em estudo. De modo geral, os temas e as linhas de pesquisa, sugeridos pela comunidade científica da ANPAD, estão em sintonia com outros campos de conhecimento que também têm como objeto de análise o desenvolvimento, especificamente, os campos da Economia, da Sociologia e da Antropologia do Desenvolvimento.

Na tentativa de identificar os teóricos e as principais obras que fundamentam o campo da Administração do Desenvolvimento, perguntamos aos participantes da pesquisa se os mesmos seriam capazes de citar três obras da literatura científica do século XX que tivessem alguma aproximação com campo, bem como três obras da literatura específica da administração que pudessem fundamentar os estudos no campo da Administração do Desenvolvimento. No que se refere aos teóricos do século XX, apenas 52% (cinquenta e dois por cento) se colocaram como capazes de citar três autores que pudessem atender essa finalidade. Porém, ao citá-los, muitos restringiram ao máximo dois autores; diante disso, os lembrados, em ordem de citação, foram: Amartya Sen, Celso Furtado, Milton Santos, Reginaldo Santos, Joseph Schumpeter, Guerreiro Ramos, Peter Drucker. No que diz respeito às obras da literatura científica do século XX, capazes de fundamentar o campo da Administração do Desenvolvimento, as citadas foram:

Tabela 6 - Obras da Literatura Científica do Século XX que Fundamentam o Campo da Administração do Desenvolvimento.

Obras	Nº de Citação	%
Desenvolvimento como Liberdade (Amartya Sen)	10	30,3%
O mito do desenvolvimento econômico (Celso Furtado)	4	12,1%
Teoria do Desenvolvimento Econômico (Joseph Schumpeter)	4	12,1%
Comunidade e Democracia (Robert David Putnam)	3	9,1%
Estratégia do Desenvolvimento Econômico (Albert Hirschman)	3	9,1%
Por outra Globalização (Milton Santos)	3	9,1%
A Natureza do Espaço (Milton Santos)	2	6,1%
Em busca do esquivo desenvolvimento regional (Sergio Boisier)	2	6,1%
A Economia do Século XX (François Perroux)	1	3,05%
La Invencción del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo (Arturo Escobar)	1	3,05%
Total	34	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Pelo conjunto das obras citadas, é possível perceber que são, em sua maioria, obras clássicas do campo da Economia do Desenvolvimento, algumas do campo da Geografia Econômica (A Natureza do Espaço e Por Outra Globalização) e da Ciência Política (Comunidade e Democracia). Assim, podemos entender que, na percepção dos participantes, embora sejam obras consagradas em outros campos de conhecimento, seus conteúdos e reflexões estabelecem, de alguma forma, um diálogo com a ciência da administração, portanto, são capazes de fundamentar o campo da Administração do Desenvolvimento. No que concerne à predominância das obras no campo da Economia do Desenvolvimento, provavelmente tem haver com a tradição que a ciência econômica já possui nos estudos de desenvolvimento, assim como da relação existente entre estudos econômicos e estudos administrativos.

Já no que se refere aos teóricos e obras específicas da administração, verificamos também que 58,8% (cinquenta e oito vírgula oito por cento) se colocaram como capazes de citar algum autor e/ou obra cujo conteúdo e reflexão têm haver com a fundamentação do campo da Administração do Desenvolvimento. Entretanto, assim como ocorreu com os teóricos e as obras da literatura científica do século XX, os participantes, na maioria, restringiram sua capacidade de citação em apenas dois autores e/ou obras, mesmo assim, incluindo nomes de autores vinculados a outros campos de conhecimento, que não necessariamente são exclusivos do campo da administração. Vejamos:

Tabela 7 - Autores Citados como Referência no Campo da Administração do Desenvolvimento

Autores	Nº de Citação	%
Alberto Guerreiro Ramos	21	35,0%

Carlos Brandão	5	8,3%
Reginaldo Santos	5	8,3%
Celso Furtado	4	6,7%
Michael Poter	4	6,7%
Robert Putnam	4	6,7%
Peter Drucker	3	5,0%
Bill Cooke	2	3,3%
Bresser-Pereira	2	3,3%
Fred Riggs	2	3,3%
Joseph Schumpeter	2	3,3%
Milton Santos	2	3,3%
Oliver Willianson	2	3,3%
Omar Aktouf	2	3,3%
Total	60	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Tabela 8 - Obras da Literatura da Administração do Desenvolvimento

Obras	Nº de Citação	%
A Nova Ciência das Organizações (Alberto Guerreiro Ramos)	8	20,5%
Administração e Contexto Brasileiro (Alberto Guerreiro Ramos)	6	15,4%
Território & Desenvolvimento (Carlos Antônio Brandão)	5	12,8%
A Vantagem Competitiva das Nações (Michael Porter)	4	10,3%
Comunidade e Democracia (Robert David Putnam)	4	10,3%
A Administração Política Como Campo do Conhecimento (Reginaldo S. Santos)	3	7,7%
A Redução Sociológica (Alberto Guerreiro Ramos)	3	7,7%
Administração nos Países Em Desenvolvimento (Fred W. Riggs)	2	5,1%
Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (Celso Furtado)	2	5,1%
Teoria do Desenvolvimento Econômico (Joseph Schumpeter)	2	5,1%
Total	39	100,0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011

Como se verifica, a fundamentação do campo da Administração do Desenvolvimento, na perspectiva da comunidade científica da ANPAD, perpassa pela contribuição de teóricos pertencentes a tempo e correntes de pensamento diferentes, uma vez que o referencial sugerido inclui pensadores clássicos da teoria do desenvolvimento como Schumpeter, Furtado e Milton Santos, como também novos pensadores da teoria do desenvolvimento, como Guerreiro Ramos, Robert Putman, Carlos Brandão e Reginaldo Santos, sem excluir, é claro, a participação dos teóricos do pensamento ortodoxo da administração como Fred Riggs, Peter Drucker, Oliver Willianson, Michael Porter e Bresser-Pereira. Além desses, encontram-se, também,

representantes da corrente reformista como Bill Cooke, Carlos Brandão e Reginaldo Santos, bem como os representantes do pensamento crítico do desenvolvimento como o próprio Guerreiro Ramos e Omar Aktuof.

5. Considerações Finais

Neste trabalho foi constatado que a comunidade científica brasileira de administração considera necessário a existência de um campo de conhecimento na ciência administrativa para observar, descrever e explicar os fenômenos sociais relacionados ao desenvolvimento, especificamente, os fenômenos pertinentes à gestão do desenvolvimento. Para tanto, compreende que a Administração do Desenvolvimento deve constituir-se em um campo de conhecimento multidimensional, multiparadigmático e interdisciplinar, visto que o estudo da gestão do desenvolvimento requer análises das diferentes dimensões da vida social - econômica, política, sociológica, técnico-científica, socioambiental etc. -, dos diferentes paradigmas científicos - funcionalismo, estruturalismo, pós-estruturalismo - e das diferentes visões disciplinares - geográfica, econômica, sociológica, antropológica.

O estudo revelou também que parte do conhecimento produzido dentro da tradição dos estudos sobre desenvolvimento é visto como pertencente ao campo da Administração do Desenvolvimento, principalmente o conhecimento elaborado pela economia do desenvolvimento, uma vez que boa parte dos autores e obras citas tem vinculação com esse campo. Diante disso, deparamos com dois importantes pressupostos, corroborados pela pesquisa que requerem maior atenção, por parte da ciência da administração, sintetizados em:

- P1: Parte do conhecimento elaborado nas ciências sociais, quando se refere à gestão das relações sociais de produção, distribuição e consumo, pertence ao campo esquecido pela ciência da administração, o campo da Administração do Desenvolvimento;
- P2: Administração do Desenvolvimento é o campo da ciência administrativa que observa, descreve, analisa, explica e prescreve as relações sociais de produção, distribuição e consumo, quer sejam em países, regiões, lugares ou organizações, com vista a garantir o bem-estar social;

Por isso, torna-se ainda mais necessário analisar o conteúdo dessas obras e verificar quais as contribuições que elas dão, efetivamente, ao campo. Por esta causa, a ciência da administração tem pela frente um longo caminho a percorrer, considerando que os desafios epistemológicos, metodológicos e praxiológicos, evidenciados pela comunidade científica da ANPAD, são bastante complexos, portanto, não podem ficar sem amparo dessa ciência. Esperamos, diante do exposto, que possamos receber as críticas e as contribuições da comunidade científica a respeito das questões aqui reveladas com a finalidade de consolidar essa “necessária” disciplina.

6. Referências Bibliográficas

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London and Exeter, NH: Heinemann, 1979.

COOKE, B. O Gerenciamento do (Terceiro) Mundo. **Revista de Administração de Empresas – RAE**- v.44, nº 3 jul-set. Rio de Janeiro, 2004.

COOKE, B.; FARIA, A. Desenvolvimento-Gestão/Desenvolvimento & Gestão. **Cadernos EBAPE.BR** v. 11, n. 2. 2013.

DAR, S.; COOKE, B. **The New Development Management**. Lodon-New York: Zed Books, 2008.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos Críticos em Administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas – RAE-** v. 43, n.4, ou-dez, pp. 72-85. 2003.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: Mato, D. **Políticas de economía, ambiente y sociedad tiempos de globalización** – Universidad Central de Venezuela – Caracas: pp. 17-31, 2005.

_____, A. Economics and the Space of Modernity; tales of Market, Production and labour. In: **Cultural Studies**.v.19, nº 2 March, pp 130-175. Disponível em <http://www.unc.edu/~aescobar/>. 2005^a.

_____, A. Afteword. In: Dar, S.; Cook, B. **The Development Management**. Lodon-New York: Zed Books, 2008, pp.198-203, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. (2003), Gestão Social: Um Conceito em Construção. In: **IX Colóquio Internacional Sobre Poder Local - II Coloquio Internacional El Análisis De Las Organizaciones Y La Gestión Estratégica: Perspectivas Latinas**. Salvador-Bahia-Brasil, 16 a 18 de Junho, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GULRAJANI, N. New vistas for development management: examining radical–reformist possibilities and potential. **Public Administration and Development**. nº30, pp. 136–148, 2010.

JUSTEN, C. E.; NETO, L. M. Gestões do Desenvolvimento e Desenvolvimentos da Gestão: da unilateralidade reificada à dialogicidade da simbiose homem/natureza. **Cadernos EBAPE.BR**, v.11, n. 2, pp. 295-310, 2013.

MARTINS, H. F. Administração Para o Desenvolvimento: A relevância em busca da disciplina. **Revista Governança & Desenvolvimento**, n. 1, abril 2004.

MOTTA, P. R. Administração Para o Desenvolvimento: A disciplina em busca da relevância. **Revista de Administração Pública (RAP)** jul/set, 2008.

NEF, P.; DWIVEDI, O.P. Teoria e Administração do Desenvolvimento: uma cerca em volta de um terreno vazio? In G. E. Caiden & G. R. Caravantes (Org) **Reconceituação do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 1988.

RAMOS, A. G. A Nova Ignorância e o Futuro da Administração Pública na América Latina. **Revista Administração Pública -Clássicos da Revista de Administração Pública - RAP**. p. 7 - 45, 2003 Edição especial, 2008.

_____, A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo de possibilidade. In: HEIDEMANN, F.G.; SALM, J. F. (Org.) **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília-DF, Editora UnB, 2009.

RIST, G. **Le Developement: une històire de croyanceocidentale**. Paris: Presses de Science. 2001.

SANTOS, R. S. **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo-Salvador: Mandacaru-Hucitec, 2004.